

MICROHISTORIA: DEBATES, CONTRADIÇÕES E RELAÇÕES POSSÍVEIS COM MIKHAIL BAKHTIN.

Daniel da Silva Klein¹.

Resumo.

O presente artigo procura identificar algumas das principais contribuições da microhistoria italiana para a historiografia, elaborando para tanto uma narrativa analítica sobre os debates entre essa corrente e os *Annales*. Em um segundo momento procura-se evidenciar algumas contradições internas a microhistoria, sobretudo aquelas presentes na recepção de um certo tipo de teoria lingüística e num terceiro momento propõe-se uma superação possível dessa com uma re-leitura de Bakhtin. Procura-se, portanto, reafirmar algumas convicções da microhistoria, principalmente aquelas que dizem respeito às análises de contextos estrategicamente construídos por indivíduos conscientes e inserir novas propostas às formulações dessa corrente.

Palavras-chave: microhistoria, indivíduos e linguagem.

Da provocação estrutural ao questionamento colocado pela pesquisa microhistórica.

No início do século XX, François Simiand lançou uma provocação aos historiadores. Seguindo de perto os argumentos do sociólogo Emile Durkheim, Simiand dizia que os historiadores ocupavam-se com três ídolos, quais sejam uma preocupação perpetua com a política, a concepção de uma história dos indivíduos e o estudo das origens. Esses ídolos seriam, portanto, inúteis e não permitiam a história construir um conhecimento positivo.

Diante disso propunha que os historiadores concentram-se em investigações sobre as estruturas anônimas da história, resignando-se em uma área de acessória a sociologia. A provocação de Simiand dirigia-se a obra de Charles Seignobos, mas

¹ Historiador formado pela Universidade Federal do Acre, UFAC, cursando o mestrado em Letras dessa instituição e funcionário concursado enquadrado como historiador do Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre. Recentemente aprovado para a cadeira de Estudos em História do curso de História da UFAC.

acabou motivando também o surgimento de um movimento de historiadores atentos aos seus questionamentos, os *Annales* (DOSSE, 1992, p. 29).

Esse movimento historiográfico colocou para si metas cujos objetivos miravam uma história global, capaz de pensar o todo social em processos históricos fundados na longa duração. Para o historiador francês Jacques Revel essa perspectiva de pesquisa histórica, cujos métodos procuram reafirmar a unidade do social perante as particularidades percorre a trajetória dos *Annales*, sendo, provavelmente, sua verdadeira identidade, mesmo sendo realizada em modalidades diferentes (REVEL, 1989, p. 18).

Mas foi somente a partir de Ferdinand Braudel que os *Annales* passam a entender, majoritariamente, o indivíduo como um sujeito comprimido pelas estruturas de longa duração que o precedem no conjunto da sociedade. A provocação para que historiografia se preocupasse com esse conjunto concretizava-se, atingindo, sobretudo, o estudo das mentalidades como manifestações de um tempo imóvel e repetitivo (Id, *ibid*, p. 120 e 169).

Tais preocupações motivaram, também, o surgimento de pesquisas seriais, cujos enfoques dedicavam atenção a longas séries de documentos relacionados à economia, religião ou demografia. Michel Vovelle, por exemplo, estudou nos anos 70 mais de trinta mil testamentos, procurando mapear uma mentalidade coletiva diante da morte entre os franceses do século XVIII. Descobriu que a decadência do cristianismo na Revolução Francesa foi espontânea, resultante de uma longa tendência estrutural de compreensão da morte (BURKE, 1991, p. 90).

O arcabouço metodológico dessas pesquisas era de que o historiador dos *Annales* construísse seu material, ou seja, os contextos estudados através dos documentos organizados em série tinham que enquadrar-se em um referencial teórico prévio e problematizante (DOSSE, *ibid*, p. 56). Além disso, pensava-se que as séries documentais eram suficientes para o mapeamento de comportamentos dos indivíduos socialmente organizados.

Essa perspectiva não era a principio falha, mas também se mostrava limitada, porque só evidenciava aspectos restritos da sociedade que diziam respeito a matérias históricas de natureza constante. Elas representavam, no entendimento de Revel, constatações triviais, preocupadas em confirmar somente as provocações de François Simiand, dando enfoque apenas a um ofício centrado na procura de leis estruturais e regulares.

Esse recorte da sociedade produziu uma história pesada, lenta e longa. Os projetos que buscavam as regularidades, recortavam objetos e esqueciam de uma infinidade de recursos disponíveis, porque os historiadores confortavam-se na convicção de que a única história importante escapava a vontade dos homens (REVEL, 2000, p. 10).

Atentos a esses problemas alguns historiadores italianos começaram a pensar outros métodos de abordagem do material histórico disponível, tendo em vista que a Itália é um verdadeiro depositário de arquivos inexplorados e abertos à pesquisa. Sem acesso aos financiamentos para volumosas pesquisas em série, esses historiadores procuraram recortar os contextos estudados, inventariando os documentos de maneira intensiva e profunda.

Tratava-se de desfiar o fio de Ariana, investigando no labirinto documental aquilo que distingue um indivíduo do outro, o nome (GINZBURG, 1989, p. 174). Surgia progressivamente dessa maneira a microhistória, um projeto voltado para investigações das relações micro-lógicas do cotidiano.

Ao invés de procurarem infindáveis séries de um único tipo de documento, Carlo Ginzburg e companhia dedicavam-se a pesquisas cujo enfoque era a incessante prospecção de nomes familiares ou de grupos de pessoas em documentos variados, procurando esgotar ao máximo os registros disponíveis em arquivos diversos de uma localidade.

Essa prospecção intensa nos arquivos tinha um objetivo claro de reconstituir o vivido com variáveis que, a princípio, não estariam disponíveis na pesquisa serial de longa duração. A redução de escala proposta por esses historiadores é apenas um aprofundamento dos estudos da sociedade, o que possibilita identificar as diversas possibilidades de articulação desse vivido (Id, *ibid*).

Essas pesquisas densas e exaustivas de determinados recortes de contextos históricos variados não levantaram apenas considerações metodológicas ou tão somente ampliaram o campo de visão dos historiadores, dando-lhes percepções novas de estruturas negligenciadas. Em graus diferenciados questionaram grande parte do referencial teórico da historiografia, porque demonstravam não mais um conjunto da sociedade onde os indivíduos eram sujeitos comprimidos pelas determinações estruturais, mas personagens ativos de vivências estrategicamente construídas nas suas relações sociais.

Essa reviravolta empirista embaralhou as tradicionais noções de erudição histórica. Os trabalhos levantados pela microhistória demonstraram que ao longo das pesquisas é que vão sendo tecidas paulatinamente as categorias de interpretação da realidade estudada. Se levarmos em conta um livro clássico sobre a pesquisa histórica (VIEIRA, Et. All., 1989, pp. 09-10), entenderemos a perspectiva reaberta por esses historiadores, que entendem que as fontes vão questionando o arcabouço teórico e metodológico prévio montado obrigatoriamente pelo historiador.

Obviamente que o percurso para essa reviravolta foi tortuoso e não cabe avaliarmos aqui suas minúcias, mas gostaríamos de registrar que em um primeiro momento os microhistoriadores buscavam estudar as estruturas da sociedade através de séries localizadas em vilas, famílias ou grupos restritos. Não havia nesse primeiro momento um questionamento antropológico das fontes (LIMA FILHO, 1999, p. 103).

A percepção dos indivíduos como agentes inseridos em modos de vida organicamente construídos em suas relações cotidianas começa a surgir no projeto da microhistória com as teses de Luisa Accati, que trava um debate frutífero com E.P. Thompson em seus estudos sobre os protestos camponeses no Antigo Regime.

Ela propunha que esses camponeses fossem entendidos a partir dos seus próprios termos simbólicos e culturais, contextualizados nos seus significados e não sendo vistos mais como prenunciadores das revoluções posteriores. Interessa saber que esse debate fez com que a autora percebesse as formas complexas de organização dos camponeses, que tinham objetivos claros e disciplinados (Id, *ibid*, p. 107).

Não é a toa que posteriormente Giovanni Levi, um dos mais influentes microhistoriadores da atualidade, agradecerá Luiza Accati pela leitura de seu *Herança imaterial* (LEVI, 2000, 49), livro que tem como hipótese o estudo da assunção de uma racionalidade específica do mundo camponês no Antigo Regime, entendida não em termos de uma realidade inconsciente, mas que expressava em alguns aspectos uma resistência à nova sociedade que se expandia, utilizando-a na transformação de seu próprio mundo social e natural (Id, *ibid*, p. 45).

Nota-se que Giovanni Levi dedica especial atenção à capacidade dos indivíduos em modificar as estruturas da sociedade. Seu olhar direciona-se, nesse sentido, a política da vida cotidiana de indivíduos capazes de fazer escolhas estratégicas, não sendo, portanto, figuras alienadas, inertes e incapazes de engendrar iniciativas autônomas (Id, *ibid*, p. 43).

Tais considerações não são meras suposições, mas indagações surgidas em fortes esquemas de pesquisas, que ouviam as vozes dos indivíduos presentes nas fontes, dando lugar a elas em categorizações re-significadas sobre o passado e a construção do social. A partir de Luiza Accati, pode-se dizer, a microhistória de fato toma corpo e começa a teorizar antropologicamente as fontes e as relações sociais, dando um outro fôlego ao diálogo da historiografia com o passado.

As investigações desses historiadores encontraram eco em diversas áreas da historiografia como a da leitura, por exemplo. Roger Chartier ao falar da apropriação como leitura capaz de produzir sentido está não só dialogando com Pierre Bourdieu (CARVALHO, 2005, pp. 155-156), mas com a microhistoria, porque elabora um pensamento que procura dar conta das diversas leituras possíveis, de pequenos grupos ao ajuntamento social mais amplo, de textos como os da Bibliothèqu Bleue, por exemplo.

Aliás, Chartier percebe a microhistoria como uma contribuição a mais aos estudos das maneiras como os indivíduos produzem o mundo social por meio de suas alianças, confrontos e dependências que os ligam a conflitos mais amplos. Entende, inclusive, que o objeto dessa corrente não são mais as estruturas e os mecanismos reguladores, que estão fora do controle subjetivo das racionalidades e estratégias acionadas pelas comunidades, famílias e indivíduos (CHARTIER, 1994, p. 102).

Esse percurso da microhistória como um movimento historiográfico que reafirmou certos conceitos postos de lado pela historiografia estrutural tem muitas variantes, possibilidades e encontra-se atualmente caminhando. Passemos adiante.

O debate aberto com o estruturalismo lingüístico.

Acentuando as propostas microhistóricas, Carlo Ginzburg lançou em 1976 uma história de um moleiro perseguido pela inquisição. Intitulado de *O queijo e os vermes* esse livro discutia uma tese de que os fazeres culturais do Antigo Regime eram essencialmente circulares, não havendo entre o popular e o erudito uma determinação de mão única, mas um diálogo tenso de circularidade (GINZBURG, 1987, pp. 19-20).

O conceito de circularidade utilizado por Ginzburg nesse livro provém de uma leitura de Mikhail Bakhtin, sobretudo de sua obra sobre a cultura popular na idade média e no renascimento. Nesse texto Bakhtin procura dar conta de algumas

representações sociais desse período como as figuras dos corpos grotescos e o carnaval. Segundo ele nos carnavais da idade média havia uma eliminação provisória das barreiras hierárquicas entre pessoas e de algumas regras, criando um tipo de comunicação ideal e real inacessível à vida ordinária (BAKHTIN, 2008, p. 14).

Tais observações a respeito das manifestações culturais elaboradas por Bakhtin atraíram Ginzburg por dois motivos: o primeiro deles é que as investigações desse pensador russo levantam questões que antecipavam em algumas décadas às da microhistória; o segundo porque o texto de Bakhtin mostrava que as relações sociais da idade média e renascimento não eram estanques como se pensava.

Ginzburg procurou então aprofundar o método de Bakhtin, estudando as falas de Menocchio e analisando diretamente os posicionamentos dados por alguém vindo das classes populares, ao invés, portanto, de investigar a cultura popular através de uma visão erudita dada por segunda mão (GINZBURG, *ibid*). Nada mais óbvio para Ginzburg em utilizar as tematizações sobre a cultura formuladas e sugeridas por Bakhtin, porque elas o ajudariam a compreender um moleiro que ao mesmo tempo lia obras eruditas de seu tempo e interpretava-as dentro de um complexo sistema de crenças populares.

Ginzburg tinha a preocupação em procurar entender o filtro elaborado conscientemente pelo indivíduo Menocchio e os textos que lia, ou seja, o filtro desse personagem passava necessariamente por uma cultura oral e herdada por processos seculares de transmissão e apropriação (Id, *ibid*, p. 12).

Identificamos, porém, que um dos problemas obra de Ginzburg não foi dar a devida atenção à filosofia da linguagem de Bakhtin, deixando de contribuir com mais propriedade para as reviravoltas da microhistória como um todo. Ele subestimou em suas investigações a capacidade de apropriação dos indivíduos socialmente organizados em detrimento de uma teoria lingüística fechada e anti-histórica.

Apesar de a microhistória debater frontalmente com uma historiografia completamente voltada para a busca das regularidades sociais, trilhando caminhos de revigoradas interpretações sobre as relações sociais, ela ainda guarda em seu interior aspectos teóricos dessa historiografia que procura distanciar-se. A obra de Carlo Ginzburg é depositária de todo um arranjo teórico ancorado em Claude Levy Strauss e suas noções sobre a linguagem. Vejamos então como se dá essa leitura estruturalista internamente nos trabalhos de Carlo Ginzburg.

Quando começou suas pesquisas junto aos outros microhistoriadores, Ginzburg pensava em demonstrar, de um ponto de vista histórico, a completa inexistência de uma natureza humana, mas após mais de vinte e cinco anos trabalhando em um projeto sobre os fenômenos do sabá, bruxaria e mitos, percebeu que tinha mudado de idéia. Enfim, o projeto inicia-se com o livro *Os andarilhos do bem* publicado em 1966, que tinha como objetivo principal insistir na análise de elementos comuns e homogêneos da mentalidade de um período, negligenciando as divergências de classe e grupo, mergulhando tudo isso na ‘mentalidade coletiva’ indiferente e interclassista. A idéia geral era perceber a cultura como uma realidade não violenta (GINZBURG, 1985, p. 16).

Nesses anos a reviravolta microhistórica ainda estava sendo tecida, mas nota-se que Ginzburg começava a insistir na confirmação da idéia de que a história era baseada em contextos imutáveis e homogêneos. A partir dessa pesquisa, meio que por acaso, deparou-se com alguns documentos que evidenciavam falas incríveis, de um certo moleiro friulano que recusava a aceitar a criação do mundo a partir do que era dito pela igreja católica. Anos mais tarde publicaria *O queijo e os vermes*, texto que lhe daria de fato o renome que tem atualmente.

Depois de dez anos lança *História noturna* em 1989, que alia a noção de Wittgenstein sobre a história como uma narrativa lógica de contextos com a descrição densa da cultura de Clifford Geerts, para daí ir além das etiquetas do estruturalismo clássico e fundamentar historicamente os símbolos imutáveis da cultura presentes nos arquétipos da mente humana, tal como os que foram cunhados por Carl Jung (GINZBURG, 1991, p. 31).

Essa obra é, por assim dizer, o último livro que resultou desse longo projeto de pesquisa de Carlo Ginzburg e faz esse apanhado geral de confirmação dessa idéia a-histórica sobre a mente humana. *História noturna* seria seu trabalho cuja teorização estaria mais explícita. Vejamos.

Para demonstrar os fundamentos dos arquétipos como elementos permanentes no tempo histórico e que determinam a cultura e as sociedades, o autor se preocupou em comparar variantes individuais de mitos de uma população variegada. Focalizou atos lingüísticos entre falantes de línguas míticas diversas, mas com laços de parentescos estreitos, comparando-os e demonstrando suas similaridades.

Vale ressaltar que Ginzburg dedica esse seu argumento as contribuições de É. Benveniste, que estava procurando no seu tempo localizar um vocabulário único da natureza social da linguagem (PAVEAU, 2006, p. 62 e p. 215). Então, a sua maneira, Ginzburg associa categorias de povos diversos delimitando vocabulários comuns para evidenciar as fontes determinantes de uma cultura geral. Diz o seguinte sobre isso:

A convergência entre o nome alemão da ave noitibó (Hexe, bruxa) e a convicção dos tucanos da América do Sul de que as almas dos mortos, transformadas no noitibó, sugam o sangue dos vivos faz aflorar um dado profundo. Vamos encontrá-lo na cultura latina, onde a hostilidade dos mortos contra os vivos, a sede dos mortos, a figuração da alma sob a forma de pássaro (ou de abelha ou borboleta) fundiram-se na imagem mítica da strix, estridente pássaro noturno sequioso do sangue das lactentes (GINZBURG, *ibid*, p. 256).

Após essas comparações que comprovariam a existência de uma matriz cultural única dos mitos do Sabá, Ginzburg vai ainda mais longe e, assim como Benveniste, localiza um vocabulário genérico que demonstra as profundas semelhanças de fazeres culturais diversos, ou seja, um núcleo narrativo comum (o 'ir' ao além e voltar), que acompanhou a humanidade por milênios e determinou as variações encontradas na superfície desses mitos, que não forçam capazes de alterar sua estrutura fundamental (Id, *ibid*, p. 265).

O seu projeto é destinado, portanto, a comprovar a tese de que os seres humanos possuem essa fonte cultural única, que seria sua natureza. Mas essa natureza não seria de todo modo fixa, porém, a sua idéia de cultura é de que ela seja uma língua geral, iluminando grandes narrativas apropriadas pelos indivíduos, que são apenas sujeitos, elos de um processo que têm pouco controle.

A noção de cultura utilizada por Ginzburg pressupõe que seja estruturada e que existe em si, tal como a *langue* de Ferdinand Saussure. Interessante notarmos que a língua, em Saussure, é uma faculdade histórica que está relacionada com a natureza do ser humano, ou seja, a sua essência relacional. Nesse sentido o objeto da lingüística é a língua e não a linguagem. Com efeito, a linguagem é uma faculdade humana mais vasta que a língua e supõe somente que os seres humanos falem, englobando produção e recepção, pensamento e expressão fônica. A linguagem vem da natureza e a língua tão

somente tem uma relação com essa faculdade na medida em que permite sua expressão ((PAVEAU, *ibid*, p. 66).

O que chama atenção nesse conceito de língua é que ela é de natureza regular, imutável e que formaliza a linguagem. A linguagem apresentada nesses termos é um elemento superficial da língua, uma instância de uso que demonstra a regularidade lingüística. Essa concepção foi amplamente usada nas ciências sociais, principalmente para designar a cultura, mas interessa aqui tornar evidente que a recepção e produção da linguagem, a que é falada pelos indivíduos, é posta em segundo plano por Ginzburg.

Talvez o pensador que obteve mais sucesso em traduzir a noção de *langue* para a interpretação da cultura foi Claude Lévi-Strauss, que trabalhava com uma idéia de cultura como uma regularidade e as praticas simbólicas, advindas daí, como produto formalizado. Carlo Ginzburg o utiliza amplamente em seu *História noturna*, fazendo, porém, uma observação de que vincula o conceito de estrutura de Levi-Strauss às conexões com a realidade histórica (GINZBURG, *ibid*, p. 31).

Essas relações entre os arquétipos de Jung com a idéia de cultura imutável, tal como a *langue* de Saussure, são conceitos utilizados por Ginzburg que contradizem, por exemplo, seu próprio conceito de filtro. Quando escreveu sobre Menocchio, por exemplo, Ginzburg insistiu que os filtros desse personagem eram colocados conscientemente por ele e os textos que lia. A contradição em seu argumento está justamente em desconsiderar esses filtros nas variações culturais recebidas pelos indivíduos e grupos, porque a mínima alteração em uma estrutura narrativa já é sinal de modificação na herança imaterial recebida do passado.

As reflexões de Bakhtin sobre a linguagem, veremos, dão outros significados às heranças imateriais do passado, posto que para ele as redes de relações sociais que constroem a cultura têm sempre múltiplas variáveis, contribuições e determinações. Para ele uma dada formação cultural só pode ser plenamente acessível se forem descritas e analisadas todas as suas mínimas partes e como elas alteram sobremaneira as cadeias de transmissão, recepção e usos dessa nas praticas cotidianas.

Uma guinada lingüística interna a microhistória.

A proposta sugestiva que apresentamos é a de que a microhistória re-signifique sua concepção de cultura apropriando-se da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin e

seu círculo. Trata-se, portanto, de uma guinada lingüística interna própria a microhistória, posto que já exista uma leitura frutífera de Bakhtin nesse movimento historiográfico. Essa guinada lingüística não tem nada a ver com a que é proposta por Hayden White, que pensa na obra historiográfica como um objeto autônomo, sem referência demonstrável com a realidade e com objetivo único de convencimento argumentativo, ou seja, uma virada que transforma a história em um apanhado de discursos vazios (GINZBURG, 2002, p. 48 e pp. 60-63).

Então, diferentemente daquilo que propõe Saussure, Bakhtin pensa a língua como uma parte da linguagem, ou seja, ela é apenas uma das partes de um todo complexo meio de relações humanas. As línguas são concepções de mundo, concretas e atravessadas pelo sistema de apreciações e praticas de transmissão dos indivíduos. Nesse sentido a linguagem como meio torna-se um processo histórico onde cada noção, apreciação, entonação e ponto de vista dos indivíduos são importantes para a compreensão da linguagem enquanto problema ideológico (BAKHTIN, *ibid*, p. 415).

Outro ponto que merece ser mencionado na teoria da linguagem de Bakhtin é que ela concentra-se na criação do indivíduo como uma produção consciente, ou seja, para ele a linguagem, ou as relações humanas, são produções conscientes de indivíduos socialmente organizados. Importa mesmo esclarecer os fenômenos da linguagem como criações racionais dos indivíduos (Id, 1997, p. 70).

Diante disso Bakhtin considera que a suposição do social como uma estrutura inerte está intimamente relacionada com a de natureza e a superação desse modelo dá-se na constatação do indivíduo como fenômeno sócio-ideológico, detentor de conteúdos de sua consciência, autor de seus pensamentos e responsável por eles (Id, *ibid*, p. 58).

Assim o estudo das relações humanas imersas em contextos históricos deve considerar os indivíduos como produtores, partícipes de uma cadeia necessária onde todos estão interconectados. Nessa cadeia de relações criativas os indivíduos recebem enunciados de outrem, tratam em sua consciência interior, apreciam e, em alguns casos, comunicam através da linguagem suas contribuições nas relações socialmente organizadas (Id, *ibid*, p. 34 e pp. 147-148).

Bakhtin entende dessa forma a recepção, tratamento interior e comunicação de enunciados pelos indivíduos dentro da cadeia criativa em processo:

A psicologia do corpo social é justamente o meio ambiente inicial dos atos da fala de toda espécie, e é neste elemento que se acham submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta: as conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro, e no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-referente, a regulamentação social etc. A psicologia do corpo social se manifesta essencialmente nos mais diversos aspectos da 'enunciação' sob a forma diferentes modos de discurso, sejam eles interiores ou exteriores (Id, 2003, p. 42).

Há, portanto, uma interdependência entre a experimentação do mundo e as relações do indivíduo, que seguem por entre o complexo caminho da linguagem. Expressa, dessa maneira, as cadeias das relações sociais seguem uma trilha ininterrupta onde cada etapa recebe contribuições dos indivíduos, das mais variadas maneiras, e Bakhtin objetiva entender, sobretudo, como esses elaboram internamente suas intervenções na sociedade.

Ao propor um estudo amplo sobre as faculdades da linguagem como realidade complexa, dinâmica e mutável, Bakhtin alia-se quase que à perfeição com os principais objetivos da microhistória, pelo menos com aqueles que procuram tornar evidentes contextos históricos estrategicamente construídos por indivíduos conscientes. O modelo proposto pelo pensador russo orienta-se para o estudo do geral, mas compreendendo pelo caminho todas as células constitutivas desse todo, analisando suas relações recíprocas e interdependentes.

A microhistória também orienta suas análises para relações integrativas em diversas esferas, ligando o doméstico, comunitário ao social mais amplo, cartografando protagonistas e pensando as integrações significativas entre essas instancias e seus papéis no tecido social (LIMA FILHO, ano, p. 66). Os termos legados a posteridade por Bakhtin são tão questionadores que Peter Burke chegou a afirmar que a história não poderia viver sem o conceito que ele cunhou de polifonia, que traz para as narrativas as vozes do outro, dos personagens há tanto tempo relegados (BURKE, 2005, pp. 71-72).

Há, porém, essa contradição presente internamente na microhistória entre a busca pelos filtros conscientes que os indivíduos colocam entre eles e os contextos sociais em que vivem com uma teoria lingüística que nega esse projeto. Essa

contradição está expressa como vimos, em certos aspectos de alguns trabalhos de Ginzburg e pode ser superada ao apropriar-se da filosofia da linguagem de Bakhtin.

Ginzburg pensa na redução de escalas como a reconstituição do vivido impensável noutras correntes historiográficas, capaz de indagar as realidades micro-sociais sobre suas estruturas invisíveis, sendo que para ter acesso a tais elementos é preciso se ater ao modelo formulado por Saussure entre *langue* e *parole*. Para ele as estruturas que regulam as relações sociais são como a *langue*, inconscientes e imutáveis (GINZBURG, 1989, p. 178).

Essa contradição é presente, mas está submersa a tal ponto que Ronaldo Vainfas não a percebeu em um recente trabalho que analisa a trajetória da microhistória. Diz ele que um dos pontos fracos nos *Annales* é justamente a recepção de Levi-Strauss, de sua noção de estruturas textuais auto-significantes, e do pensamento anti-histórico de Michel Foucault. Nesse trabalho falta, portanto, uma crítica a microhistória nesse sentido (VAINFAS, 2002, p. 55).

Apesar disso tudo o projeto da microhistória ainda apresenta-se revigorado, tendo em vista que hoje ele faz-se mais necessário do que no passado recente em que se viu mergulhado em um debate com os *Annales*. Diante da atual relativização do indivíduo enquanto autor e produtor, transformado em sujeito que não é só pressionado pelas estruturas, mas morto diante delas, um projeto que procura reafirmar o materialismo histórico parece ser insano (CHALHOUB, Et. All., 1998, p. 07), mas a microhistoria procura executá-lo.

A guinada sugerida para uma re-leitura de Bakhtin procura apenas superar a contradição acima identificada. Os pontos de encontro entre o pensador russo e os argumentos da microhistória são íntimos. Para fecharmos esse debate vejamos a seguinte citação extraída de *A herança imaterial* sobre o início das pregações do padre Giovan Battista Chiesa:

Havia mais ou menos dois ou três anos, ele começara a benzer as febres segundo a forma do ritual romano ‘e os doentes me diziam que a febre passava. Isso começou a ser divulgado de boca em boca, crescendo o número de pessoas que provinham das cercanias’; até que um dia veio uma jovem vítima de malefício, que já tinha sido exorcizada em Chieri e em outros lugares, sem ter sido curada, e ele a libertou (LEVI, ibid, p. 72).

O método de exposição de Levi procura incessantemente as redes de relações tecidas entre indivíduos capazes de criar estratégias sociais direcionadas, nesse caso a divulgação dos trabalhos de cura de um padre exorcista, que o motivaram a estender seu trabalho para além das malhas de vigilância da igreja.

Não é preciso ir muito longe para vermos as relações desse argumento com a teoria proposta de Bakhtin sobre o estudo das cadeias criativas da linguagem, porque como é anunciado a todo instante por Levi, o Antigo Regime só foi tenso porque se compôs de pequenos incidentes como esses que são índices de uma política cotidiana amplamente contraditória e ancorada em indivíduos relacionando-se conscientemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rebelais**. Trad. Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

_____. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Estética da Criação Verbal**. 4ª ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. In: Revista **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história hoje: duvidas, desafios e propostas**. In: Revista **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova História”**. Tradução Dulce da Silva Campos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Os Andarilhos do Bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII**. Tradução de Jonatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

_____. **A microhistória e outros ensaios**. Trad. Antonio Nárino Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Relações de força**. Trad. Jônatas Batista. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Historia Noturna: decifrando o Sabá**. Tradução de Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **Microhistoria: escalas, indícios e singularidades**. Campinas: s/n, 1999. Tese de doutorado.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **E.P. Thompson e a micro-história: trocas historiográficas na seara da história social**. In: Revista **Esboços**, UFSC, v. 12, n. , ANO.

PAVEAU, Marie-Anne. **As Grandes Teorias da Lingüística: da gramática comparada à pragmática**. Tradução Maria do Rosário Gregolin. São Paulo: Claraluz, 2006.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Trad. Vanda Anastácio. Lisboa: DIFEL/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **A história ao rés-do-chão**. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.